

CRÔNICAS E CONTROVÉRSIAS

EM INGLÊS OU EM PORTUGUÊS? ¹

Débora Cristina Mantelli Baghin*

INTRODUÇÃO E OBJETIVO

*Venha provar meu brunch,
Saiba que eu tenho approach,
Na hora do lunch,
Eu ando de ferryboat.
Eu tenho savoir-faire,
Meu temperamento é light,
Minha casa é hi-tech,
Toda hora rola um insight.
(...)*

“Samba do approach”, Zeca Baleiro.

Cinco minutos em frente à televisão já são suficientes para notarmos o número expressivo de palavras estrangeiras utilizadas nos comerciais e mesmo durante os diálogos de nossas novelas. Palavras em língua inglesa, em sua grande maioria.

Esse fenômeno pode ser notado também em revistas editadas em nosso país, dedicadas aos mais diferentes assuntos e destinadas a públicos dos mais variados; em livros de autores brasileiros, e em textos de nossos jornais. O trecho acima, retirado de um samba de autoria de um dos expoentes da nova geração de compositores da música popular brasileira, satiriza essa realidade.

Diante desse quadro, um de nossos deputados federais, o senhor Aldo Rebelo,² lançou para aprovação na Câmara, um projeto de lei em “defesa da língua portuguesa”, projeto este que tem fomentado um movimento nacional de mesma natureza. Para esse deputado, o “*uso desnecessário, abusivo ou enganoso de palavra ou expressão estrangeiras*” deve ser tratado como

“lesivo ao patrimônio cultural brasileiro”. Segundo ele, *“é possível proteger o idioma contra o corrosivo bilingüismo”* que o estaria *“desfigurando”* e infundindo nos brasileiros a *“deprimente ilusão de que a língua portuguesa é feia, limitada e vaga”*.³

Seu projeto de lei *“manda o poder público proteger e incentivar o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa”* em nosso país, propondo torná-la *“de uso obrigatório no trabalho, nas relações jurídicas, na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica de todos os documentos e eventos públicos”*, e determinando o uso da língua portuguesa nos meios de comunicação, escritos ou falados, na publicidade, nas embalagens e em toda e qualquer comunicação dentro do território nacional, *“com as ressalvas e exceções cabíveis”*, prevendo multa para os infratores.⁴

Muitos têm se tornado adeptos dessas idéias, e o movimento em defesa do idioma nacional tem se fortalecido com o apoio de várias facções de nossa sociedade - políticos, escritores, jornalistas, professores, entre representantes da sociedade portuguesa, como o presidente do Instituto Camões, de Lisboa. Um dos manifestos de apoio ao projeto de lei referido partiu recentemente⁵ de um grupo de docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nesse manifesto, eles decidem *“apoiar irrestritamente o projeto (...) que visa à defesa da língua portuguesa, língua nacional, contra a invasão maciça do inglês, não considerado como língua franca e “de cultura”, mas, sim, como veículo de descaracterização cultural”*.⁶

Enquanto pesquisadora de questões relacionadas ao ensino e à aprendizagem de línguas estrangeiras em nosso país, e tendo atuado como professora de língua inglesa nos últimos anos, acredito ser de grande relevância e urgência que considerações como essas últimas, como também os ideais que movem o projeto de lei (e o movimento) acima referido(s), sejam abordados levando-se em conta os estudos realizados no campo de estudos da linguagem.

Conceber, por exemplo, o uso de uma língua estrangeira como *“desnecessário”, “enganoso”* e *“abusivo”* em um país qualquer implica sentidos opostos, ou seja, de que haveria também, de forma concomitante, o uso *“necessário”, “não enganoso”* e *“não abusivo”* dessa língua. E *“quem”* estaria apto então a *“julgar”* o uso *“necessário”* e o *“desnecessário”,* o *“abusivo”* e o *“não abusivo”*? Que concepção de língua/ linguagem⁷ é essa que permite a crença numa *alfândega lingüística*, ou, na implicação de

multa para “infratores” da “língua nacional”? Além disso, o que dizer da situação de “bilingüismo” atribuída ao nosso cotidiano? Que sentidos de “bilingüismo” estariam sendo produzidos aí? Estaria mesmo nossa língua sendo “desfigurada”? Os brasileiros estariam mesmo optando pela língua estrangeira (a língua inglesa predominantemente) contra a língua portuguesa? Por que isso estaria acontecendo? E ainda, estaríamos mesmo sofrendo uma “descharacterização cultural”?

Na tentativa de trazer esclarecimentos para essas questões, e para outras que por ventura se fizerem no decorrer deste trabalho, estarei analisando um texto do deputado federal Aldo Rebelo, publicado no jornal Folha de São Paulo em 29/09/1999, em que ele faz considerações a respeito de seu projeto de lei em defesa da língua portuguesa.

Partindo de uma perspectiva teórica comprometida com a Análise de Discurso de linha francesa, como proposta por Michel Pêcheux, vou analisar as condições de produção desse texto e, portanto, os sentidos produzidos em seu funcionamento discursivo - os sentidos de *língua portuguesa*, de *povo brasileiro*, de *língua estrangeira* ou *povo estrangeiro*, de *língua inglesa* e de *bilingüismo*, entre outros.

A ANÁLISE DE DISCURSO – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

A Análise de Discurso (AD, daqui em diante) não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada sociedade. Ela trabalha portanto com o discurso, que é objeto sócio-histórico em que o lingüístico intervém como pressuposto. Partindo da idéia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, a AD trabalha a relação língua-discurso-ideologia, sendo o discurso, conseqüentemente, o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia (cf. Eni Orlandi, 1999:17).

É importante compreender que o discurso, nessa perspectiva, é considerado não como um mero conjunto de frases, mas como uma totalidade lingüística específica além da soma das frases que o constitui. É efeito de sentidos entre locutores (M. Pêcheux, 1990: 82), o que implica em dizer que os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas **na relação com a exterioridade**, nas condições em que eles são produzidos, e que não dependem só das intenções dos sujeitos⁸.

As condições de produção de um discurso compreendem fundamentalmente os interlocutores e a situação (o contexto imediato de produção do discurso e o seu contexto mais amplo, no qual aspectos sócio-histórico-ideológicos estão incluídos), e também a memória, como parte constitutiva. Não a memória entendida no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas discursivas, e da memória construída do historiador (cf. M. Pêcheux, 1999: 50). Segundo Pêcheux, “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (...) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (cf. op. cit.: 52).

A análise das condições de produção do texto que estou me propondo aqui, deverá, portanto, estar levando em consideração os sujeitos envolvidos, ou seja, “*quem*” escreveu o texto e “*para quem*” esse texto foi escrito, como também a situação de produção do discurso: seu contexto imediato, ou seja, onde esse texto foi publicado e, em que momento isso se deu, e seu contexto mais amplo – social, histórico e ideológico. Deverá também estar compreendendo a memória discursiva como o “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito⁹ que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra (cf. E. Orlandi, 1999: 31).

Essa memória discursiva, ou interdiscurso, disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. No caso específico a ser analisado, tudo o que já se disse sobre *língua portuguesa*, sobre sua *defesa*, sobre *nação brasileira*, *povo brasileiro*, *língua estrangeira*, *língua inglesa*, entre outros, estará significando no texto. Todos os sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, terão um efeito sobre o que foi dito.

O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia.

A ideologia, para a AD, *não se apresenta como ocultação (ou dissimulação) de sentidos, mas como transposição (simulação) destes em outros pela relação necessária com o imaginário, que atravessa a relação linguagem/mundo, determinado pela história num dado estado da formação social* (E. Orlandi, 1994: 296). Os sujeitos, por sua vez, são concebidos como lugares de significação historicamente constituídos, ou seja, “posições”. Essas posições correspondem, mas não equivalem à

simples herança física dos organismos humanos (empiricismo) ou aos lugares objetivos da estrutura social (sociologismo). São lugares “representados” no discurso, isto é, são lugares presentes mas transformados nos processos discursivos. O que funciona nesses processos é **uma série de formações imaginárias** que designam o lugar que um sujeito atribui a si e ao outro (o interlocutor real ou virtual), a imagem que ele faz de seu próprio lugar e do lugar do outro e também do objeto do discurso (do que se está falando).¹⁰ Existem, portanto, nos mecanismos sociais de qualquer formação social, regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações) (Pêcheux, 1990: 82-3). Todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias, que constituem as condições de produção de um discurso.

Há ainda determinados fatores que regem o funcionamento discursivo: as “relações de sentidos” (cf. M. Pêcheux, 1990: 77), ou seja, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros; o “mecanismo de antecipação” (cf. M. Pêcheux, 1990: 84-5), que significa a capacidade que um sujeito tem de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras; e, as “relações de força”, noção que diz que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de político, por exemplo, suas palavras significam de modo diferente do que se ele falasse do lugar de um homem comum. Como nossa sociedade é constituída de relações hierarquizadas, são relações de força sustentadas no **poder** desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação” (cf. E. Orlandi, 1999: 39-40).¹¹

A proposta de investigação que trago aqui, toma o texto do deputado Aldo Rebelo como unidade de análise, considerando-o portanto enquanto acontecimento discursivo, onde sentidos são trabalhados, e em cuja materialidade está inscrita a relação com a exterioridade. Tal unidade se estabelece pela historicidade, como unidade de sentido em relação à situação.¹²

Quando se fala em historicidade na AD, não se pensa a história refletida no texto, mas se trata da historicidade do texto em sua materialidade. O que se chama historicidade aí é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele.

E, como apontado anteriormente, serão principalmente os sentidos de *língua portuguesa*, de *povo brasileiro*, de *língua estrangeira* ou *povo*

estrangeiro, de *língua inglesa* e de *bilingüismo*, entre outros, trabalhados nesse texto, que pretendo analisar para chegar a respostas para as questões levantadas no início.

Sendo assim, a análise das condições de produção do discurso do/no *corpus* escolhido estará envolvendo, entre os pontos explicitados até o momento, um estudo do imaginário discursivo formado:

. pela imagem que o **autor** do texto faz:

- dele mesmo;
- do leitor (que é um leitor virtual);¹³
- do objeto (que, neste caso, trata-se do projeto em defesa da língua portuguesa), que aponta para uma extensão formada pela imagem que o autor faz:
 - de língua portuguesa;
 - do povo brasileiro;
 - de língua estrangeira;
 - de língua inglesa;
 - de bilingüismo; e,

. pela imagem que o **autor** do texto faz:

- da imagem que o leitor faz dele; e,
- da imagem que o leitor faz do objeto (referido acima);

Estes dois últimos itens constituem *antecipações das representações imaginárias* do leitor, feitas pelo autor do texto, que, como foi visto, são meios pelos quais o autor representa para si as representações de seu interlocutor. É a forma como o autor prevê o lugar do leitor (o leitor virtual, imaginado), e se situa neste lugar a partir de seu próprio lugar de locutor/autor.

Cabe explicar aqui que, assim como a AD define o discurso como efeito de sentido entre locutores e considera, na sua contrapartida, o texto, como sendo unidade que pode, empiricamente, ser representada como tendo começo, meio e fim, uma superfície fechada nela mesma, assim também o sujeito é considerado como resultado da interpelação do indivíduo pela ideologia,¹⁴ mas o autor, no entanto, é “representação de unidade e delimita-se na prática social como função específica do sujeito” (cf. E. Orlandi, 1999: 73).

Tem-se portanto em termos de real do discurso a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição, constitutivas

tanto do sujeito como do sentido. No nível das representações, tem-se a unidade, a completude, a coerência, o claro e distinto, a não contradição, na instância do imaginário. É por essa articulação necessária e sempre presente entre o real e o imaginário que o discurso funciona. É também dessa natureza a distinção (relação necessária) entre discurso e texto, sujeito e autor.

Se o sujeito é opaco e o discurso não é transparente, no entanto o texto deve ser coerente, não-contraditório, e seu autor deve ser visível, colocando-se na origem de seu dizer. Segundo E. Orlandi, um sujeito visível é calculável, identificável, controlável. Como autor, o sujeito ao mesmo tempo em que reconhece uma exterioridade, à qual deve se referir, ele também remete a sua interioridade, construindo desse modo sua identidade como autor. Segundo ela, *o autor é o sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel na ordem em que está inscrito, na posição em que se constitui, assumindo a responsabilidade pelo que diz, como diz etc* (E. Orlandi, 1999: 76). E acrescenta que não basta falar para ser autor. A “assunção da autoria” (ou o processo onde o sujeito “aprende a ser autor”) implica uma inserção dele (sujeito) na cultura, uma posição dele no contexto sócio-histórico-social.¹⁵

Sendo assim, a “escuta” discursiva do analista **deve poder descrever a relação do sujeito com sua memória, deve explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação do sujeito, suas filiações de sentido**, e, nessa empreitada, descrição e interpretação se interrelacionam. E é também tarefa do analista distingui-las em seus propósitos de compreensão. Analisar o que “um autor quis dizer”, nessa perspectiva, significa procurar descrever o **gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido submetido a análise**. E, é importante compreender que não há descrição sem interpretação, então o próprio analista está envolvido na interpretação. Isso implica na necessidade dele (analista) trabalhar no entremeio da descrição com a interpretação, ou seja, trabalhar numa posição relativizada em face da interpretação: é preciso que ele atravesse o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito.¹⁶ É preciso que invista na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito (pois todo o texto é afetado por várias posições do sujeito) e no efeito metafórico, isto é, no equívoco, na falha e na materialidade, enfim, no trabalho da ideologia.

Esse trabalho do analista resulta da alteração de sua posição de leitor para a construção de um lugar outro. Lugar em que se mostra a alteridade do cientista, a leitura outra que ele pode produzir. Nesse lugar, ele não reflete mas situa, compreende, o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico que é o seu alvo. Ele pode então contemplar (teorizar) e expor (descrever) os efeitos da interpretação. O analista do discurso se coloca numa posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições. (cf. E. Orlandi, 1999: 61).

Dessa posição, passo a seguir a análise proposta.

A ANÁLISE

Meu objetivo, como explicitado anteriormente, é o de analisar o texto do deputado federal Aldo Rebelo, publicado no jornal *Folha de S. Paulo* em 29/09/1999, em que ele traz considerações a respeito de seu projeto de lei em defesa da língua portuguesa. Texto este cuja investigação das condições de produção do discurso me permitirá contemplar (teorizar) o processo de produção de sentidos sobre *língua portuguesa, povo brasileiro, língua estrangeira, língua inglesa, bilingüismo*, entre outros sentidos, e portanto, compreender o trabalho da ideologia aí. Tal compreensão, acredito, será de grande valia para a discussão das questões levantadas no início – entre elas: “se os brasileiros estariam mesmo optando pela língua estrangeira (a língua inglesa predominantemente) contra a língua portuguesa” e “por que isso estaria acontecendo”; se “se poderia dizer que o nosso cotidiano vem se caracterizando por uma situação de “bilingüismo”; e, se “estaríamos sofrendo uma “descharacterização cultural”” em nosso país devido à situação mencionada – e, conseqüentemente, para a discussão do projeto de lei em questão.¹⁷

Antes de dar enfoque à investigação do imaginário discursivo que constitui a unidade de análise em questão, é importante ressaltar que o texto em análise foi publicado em um momento sócio-histórico de distinta importância, ou seja, essa publicação se deu há 7 meses das comemorações dos quinhentos anos de descobrimento do Brasil – fato que possibilitou (e vem possibilitando) uma retomada e uma circulação pronunciada de enunciados de “teor nacionalista”, ou melhor, de enunciados que possibilitam a construção de uma **representação homogênea do país e dos brasileiros** – representação que permite a crença na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiros. Tal crença,

segundo Marilena Chauí, *permitiu em tempos passados que parte de nossa população atribuisse os males do país à colonização portuguesa, à presença dos negros ou dos asiáticos, e evidentemente, aos maus governos, traidores do povo e da pátria. Nada impediu que o inimigo, em outras ocasiões, tivesse sido o “gringo explorador” ou alguma potência econômica estrangeira.* A representação era (e é) suficientemente forte e fluida para receber alterações que não tocam em seu fundo (cf. M. Chauí, 2.000: 08). Parece-me que estarei, entre outras coisas, tratando de uma dessas alterações neste trabalho.¹⁸

É importante ressaltar também que o texto a que me refiro aqui foi publicado há quase exatamente um ano das eleições municipais e estaduais no país – período em que as disputas políticas (ideológicas) se tornam mais evidentes.

Partindo então desse contexto histórico-político-ideológico específico, deter-me-ei a seguir na análise do imaginário discursivo que constitui o texto em investigação. Num primeiro momento, estarei analisando esse imaginário partindo de recortes desse texto, para, em seguida, trazer uma análise mais conclusiva dos pontos levantados.

O IMAGINÁRIO DISCURSIVO

O texto do deputado federal Aldo Rebelo, do qual passo a tratar mais especificamente nesta seção, traz como título e subtítulo os seguintes enunciados respectivamente: “*Culta e Bela*”,¹⁹ “*É intolerável a avalanche de exotismos que ameaça a língua*”.²⁰

Tais enunciados permitem pelo menos três considerações iniciais:

1º) de que haveria uma língua una, homogênea (imagem construída discursivamente);

2º) de que essa língua estaria sofrendo a ameaça de “corpos estranhos” a ela (“*exotismos*”) – de línguas outras, que estariam ameaçando essa suposta homogeneidade (o diferente se constitui imaginariamente enquanto *ameaça, perigo*); e,

3º) de que o autor se posiciona logo de início como “defensor da integridade (suposta) dessa língua”.

Vejamos o primeiro parágrafo:

“*Com a boa prosa habitual, o presidente da Academia Brasileira de Letras, jornalista e escritor Arnaldo Niskier, publicou nesta Folha o artigo “Língua portuguesa e Timor Leste” (p. 1-3, Opinião, 24/9), no*

qual comprova que nunca, como hoje, “se escreveu e falou tão mal o idioma de Rui Barbosa”. Culpa o ensino, o baixo índice de leitura e os disparates da TV. O artigo omite, porém, o papel da Academia nesse processo de desvalorização do português. À instituição, por tradição e pelas leis que desde 1931 a autorizam a cuidar da ortografia, cabe proteger o idioma dos estrangeirismos desnecessários e extravagantes, na grafia e no som, que deformam a língua e fazem de cada brasileiro um Champollion a decifrar hieróglifos”.

Comparando-se esse primeiro trecho e o título e subtítulo do texto, apresentados acima, pode-se notar um imaginário discursivo constituído por imagens antagônicas de língua, de língua portuguesa especificamente (que, como pode-se depreender desse início, recebe o enfoque do autor). Antagônicas porque contrapõem a imagem de língua “*culta*” e “*bela*” à de “língua desvalorizada”.²¹ (Se é “*culta*” e “*bela*”, como pode estar sendo desvalorizada?).

Outras duas imagens recorrem também aí, a de “língua una, pura” e a imagem que o autor faz dele enquanto “defensor da língua pátria”.

O autor assume esse papel, uma vez que a Academia Brasileira de Letras não o estaria desempenhando a contento. A língua portuguesa “una”, “autônoma”, “pura”, não estaria sendo protegida de estrangeirismos “desnecessários e extravagantes” que a estariam “deformando”. Cria-se assim a imagem de língua estrangeira como “língua estranha”, “invasora”, “deformadora” da língua portuguesa, aquela que compromete sua “integridade”. Por consequência, a imagem que se cria de povo brasileiro é a de grupo de indivíduos “indefesos” à mercê dessa falta de “controle lingüístico”.

Tais imagens resvalam uma concepção de língua enquanto código lingüístico exterior ao sujeito, abafando por completo sua constituição ideológica (como diria Pêcheux: “não existe língua sem sujeito, e não existe sujeito sem ideologia”). É como se a língua portuguesa (que seria a mesma desde Rui Barbosa²²) estivesse sofrendo um “abalo”, provocado não apenas por problemas de Educação no país, pela falta do hábito de leitura entre os brasileiros, ou pela influência dos programas televisivos, mas, **principalmente**, pela “invasão” de outras línguas. Mas “quem” mais poderia estar compactuando com essa situação além da Academia Brasileira de Letras?

Vejamos o parágrafo seguinte.

“Nos shoppings centers, antigos centros comerciais, é rara a loja que não exponha palavra estrangeira na fachada, nos cartazes, nos rótulos dos produtos. Eventos levam nomes exóticos como “American Express Love Sound”. É tanta a macaquice colonizada²³ que o uso da definição Cimeira para uma recente reunião de chefes de Estado e governo causou estranheza e piada. Estamos tão habituados ao inglês que “Summit” seria natural... O presidente da República, em entrevista a redes de TV educativas, usa expressões incompreensíveis ao povo, como “fast track”. Até no futebol, cujos termos aportuguesamos ou substituímos por engenhosos brasileirismos, volta a influência do inglês: a imprensa chama melhor de três de “playoff”. O professor Niskier pondera que dessa matéria devemos cuidar “de forma inteligente, sem patriotadas, mas com objetividade”.

Pode-se perceber nesse trecho que os “estrangeirismos” de que o autor tratava anteriormente, ou as “palavras estrangeiras” que menciona nesse momento, dizem respeito à **língua inglesa** especificamente. O imaginário que se forma aí, no entanto, difere um tanto do anterior. A língua estrangeira, ainda “exótica”, parece não causar mais a estranheza apontada. A língua portuguesa é que recebe esse papel nesse momento. Tais enunciações permitem a criação de um imaginário que estabelece para alguns de nossos políticos (entre eles, o atual presidente da República, o senhor Fernando Henrique Cardoso) o papel de “colaboradores”, “possibilitadores”, da invasão do idioma nacional pela língua estrangeira (leia-se língua inglesa aqui), denunciada pelo autor. Novamente a imagem que o autor faz dele mesmo é retomada, a lembrar, a de um político comprometido em defender o idioma nacional – defendê-lo enquanto a Academia Brasileira de Letras não o faz satisfatoriamente, e, enquanto outros brasileiros, políticos ou não, apresentam-se como adeptos do uso de vocabulário estrangeiro (ou melhor, do uso de vocábulos em língua inglesa) em prol dos “*engenhosos brasileirismos*”. Novamente, concorrem imagens antagônicas de língua portuguesa nesse funcionamento discursivo, ou seja, de língua “engenhosa” que já substituiu o inglês em nosso uso cotidiano, mas que agora “perde essa engenhosidade”, voltando a ser substituída por ele.

Mais contradições podem ser observadas nos trechos seguintes. Vejamos:

“De fato, é mister reconhecer a enorme contribuição que a língua portuguesa tem recebido, ao longo dos séculos, de numerosos idiomas,

que a enriqueceram com palavras e expressões hoje tão correntes que parecem portuguesas como um fado. Mas é intolerável a avalanche (para usar um francesismo...) de exotismos que ameaça a integridade da língua. Como no velho ditado, é a dose que faz o veneno”.

Nesse momento, outra imagem de língua estrangeira (que agora **não se trata mais necessariamente do inglês**²⁴) é constituída, ou seja, a de “contribuidora” na formação da língua portuguesa. O que a princípio poderia parecer um reconhecimento da constituição heterogênea das línguas (em especial aqui, da língua portuguesa) confirma a unidade imaginária (e imaginada) dessa última: é como se ao “longo dos séculos” ela tivesse sido “construída” com a “colaboração” de “outras línguas”, mas que agora, já “pronta”, estivesse sendo aneada. Num momento anterior portanto, a língua estrangeira é elemento de constituição; neste momento atual, entretanto, ela (que se trata da língua inglesa especificamente) aparece representada como “o estranho”, “o diferente” que deve ser banido do idioma nacional.²⁵ Este último, por sua vez, ora é “brasileiro”, ora é “português como um fado”. Afinal, de que língua portuguesa está se falando?

Vejamos o parágrafo seguinte.

“No passado, os barbarismos eram aporuguesados. Daí porque, tomando o exemplo do professor Niskier, temos bife e não “beef”, clube e não “club”, dólar e não “dollar”, iate e não “yacht”. Assim determinam as instruções do formulário para a preparação do “Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa”, aprovadas pelo Congresso Nacional, segundo as quais os “vocábulo devem ser escritos e acentuados graficamente de acordo com a ortoépia usual brasileira...”. Atualmente, no entanto, palavras estrangeiras entram no dicionário como contrabando, sem passar pela alfândega léxica. Ao preparar o “Vocabulário Ortográfico”, a Academia simplesmente transcreve, em vez de transliterar, monstruosidades que nos turvam a vista e enrolam-nos a língua, como best-seller, breakfast, carrying, e-mail, gefüitefish, girl, groom, groschen, huppy-end, homestead, hot, inro, kaddisch, kümmel, manager, network, new-look, newmarket, off-line, out-board, out-caste, out-line, output, outrigger, outsider, parkerizar, pointer, scanner, schebat, schedule, schroeckingerita, schwabacher, scraper, scratchman, snekar, snik, snipe, spool, sportsman, sprue, squeeze, starter, steeple-chase, steward, styraloy, svetlozarita, trüstedtita, tsaréviche, uppercut, up-to-date. Acreditem: abonada pela Academia e incorporada ao “Vocabulário Ortográfico”, toda essa algaravia pode

ser usada em redações de vestibular, livros didáticos e até nos documentos oficiais do Brasil. Além de horrorosa, a grande maioria desses vocábulos é desnecessária, pois tem correspondente em português. Se fossem neologismos específicos, nomeando novidades sem correlatos em nossa língua, aí, sim, seriam indispensáveis e incorporados depois de nacionalizados.”

Nesse trecho, a imagem de língua portuguesa que se faz é daquela falada (e escrita) no Brasil,²⁶ o que aponta para um trabalho de “homogeneização” de representações desse idioma no texto – ou seja, é como se as línguas portuguesas faladas (e escritas) no Brasil e em Portugal fossem as mesmas. Com relação à imagem de língua estrangeira, acontece um fato curioso a meu ver. Ao mesmo tempo em que há uma tentativa de se “homogeneizar” a imagem dessa língua como “ameaça à integridade do idioma nacional”, fica claro, no decorrer do texto, que “algumas línguas estrangeiras são **mais estrangeiras do que** outras” – e, neste caso, a “mais estrangeira de todas” é o inglês. Essa imagem de língua inglesa como “destruidora, invasora, do idioma nacional” oscila de forma curiosa no funcionamento discursivo do texto, ora sendo evidenciada, ora sendo abafada, ou melhor dizendo talvez, “disfarçada”.²⁷

É recorrente nesse trecho a imagem de língua enquanto código lingüístico, “meio de comunicação exterior ao sujeito”, portanto, código controlável²⁸, objeto de cultura, história e ideologia em sua constituição. Imagem essa que se constitui concomitantemente à imagem da Academia Brasileira de Letras como “alfândega léxica”. É como se dependesse do aval da Academia (e do Congresso Nacional)²⁹ o uso (oral ou escrito) “ideal” do idioma nacional feito pelos brasileiros. Dessa concepção de língua (e de sujeito) decorre também a crença no controle do uso de vocábulos estrangeiros no país, como também da “nacionalização” desses vocábulos. O fato de vocábulos em língua estrangeira terem correspondentes na língua portuguesa já seria condição para que o uso deles fosse substituído.³⁰

Não se ignora aqui todos os casos de dominação (política, cultural e ideológica) de países sobre outros ao longo da história mundial, nem que tal fato tenha tido implicações diretas para as línguas utilizadas nos locais dominados – como se deu na própria colonização do Brasil pelos portugueses, por exemplo. Não se está assumindo aqui que o uso freqüente (e crescente) de vocábulos em línguas estrangeiras num país seja algo “incontrolável” simplesmente, mas que esse uso deve ser estudado e compreendido de forma cuidadosa e comprometida com os estudos

lingüísticos desenvolvidos em nossos centros de pesquisa.³¹ Não se pode tratar dessa questão com base em julgamentos de valor moral ou estético, como faz o autor.³²

Vejam os trechos seguintes, quando ele trata especificamente do projeto de lei em defesa da língua portuguesa.

“Contra tamanho descaso, apresentamos, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei que manda o poder público proteger e incentivar o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa. Será de uso obrigatório no trabalho, nas relações jurídicas, na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica de todos os documentos e eventos públicos, bem como deverão ser escritos ou falados em português os meios de comunicação, a publicidade, as embalagens e toda e qualquer comunicação dentro do território nacional, com as ressalvas e exceções cabíveis. O uso desnecessário, abusivo ou enganoso de palavra ou expressão estrangeiras será tratado como lesivo ao patrimônio cultural brasileiro. Os infratores serão punidos com multas de até 13 mil Ufirs (R\$ 12.610,00), sem prejuízo de sanções de natureza civil e penal pelo crime de corromper o idioma. A Academia será instada a rever as normas de incorporação de palavras. Mais que uma lei, queremos criar um Movimento Nacional de Defesa da Língua Portuguesa. (...)”

Novamente, pode-se perceber nesse trecho a recorrência de algumas imagens. De início, a imagem que o autor faz de si mesmo como “defensor do idioma nacional” e como decorrência, “defensor da nação”, e da Academia Brasileira de Letras e do governo como displicentes em relação à questão lingüístico-política apresentada até então. Pode-se observar aí a imagem da escola como instituição onde o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa não têm sido incentivados. Tais imagens possibilitam a criação de um quadro do país em que nem governo, nem a escola cumprem devidamente o seu papel. Usar ou não usar a língua portuguesa no país estaria diretamente relacionado a um incentivo (da escola) ao mesmo tempo que a uma obrigação (imposta pelo governo). A imagem de língua se dá enquanto código, cujo uso trata-se simplesmente de “proibir” ou “liberar”,

ou ainda de julgar “necessário” ou “desnecessário”, “abusivo” ou “enganoso”. Mas que “indivíduos” são esses que podem fazer esse julgamento? E que “indivíduos” estariam sendo enganados? À Academia Brasileira de Letras cabe rever as normas de incorporação de palavras e funcionar enquanto “alfândega léxica”; cabe a um governo “ideal” fazer esse trabalho funcionar (fica claro que se trata de um governo outro que não o que está atualmente no poder). Ao povo brasileiro resta a imagem de “povo enganado”, que tem o seu patrimônio cultural³³ lesado graças aos meios de comunicação, à publicidade, e conseqüentemente a um governo que, entre outras coisas, possibilita a atuação desses meios. Essas imagens repousam numa concepção homogênea de língua enquanto código de comunicação que não prevê sua constituição social, histórica, ideológica e cultural. Apaga-se aí por exemplo, os diversos funcionamentos das línguas (e entre línguas diferentes) em campanhas publicitárias.

Se considerarmos as campanhas realizadas no Brasil nos últimos anos, pode-se perceber no uso crescente de vocábulos ou expressões em língua inglesa (principalmente) a descoberta de uma “fórmula”³⁴ que leva o público a gestos de interpretação que resultam normalmente em consumo.³⁵ Quando o autor se refere a esse uso como “desnecessário”, “abusivo” ou “enganoso”, se situa numa formação discursiva que silencia esse trabalho e todo um momento sócio-histórico, político e econômico de globalização que estamos vivendo, sob a influência de uma ideologia neoliberal.³⁶

Vejamos como o autor conclui o texto:

“Sen: xenofobia, mas com altivez e brio, é possível proteger o idioma contra o corrosivo bilingüismo que o desfigura e infunde nos brasileiros a deprimente ilusão de que a língua portuguesa é feia, limitada e vaga. Apesar das regras por vezes tortuosas, é bela, pródiga e precisa, dotada de recursos léxicos suficientes para acompanhar as descobertas, invenções e mudanças que transformam o mundo. Como indagou o professor Niskier, ‘por que não cuidar bem dela?’.”

É negando uma posição xenófoba que o autor a ocupa³⁷, uma vez que “proteger a língua portuguesa” aí implica em banir (como se isso fosse possível) tudo o que é “estranho” a ela (língua “una”, “pura”, “autônoma”), ou seja, em banir a língua estrangeira (leia-se língua inglesa aqui). E esse processo se dá com base em juízos de valor, como se optar pelo uso de uma língua X ou Y dependesse de “brío”, de “altivez”, ou se a língua é “bela” e não “feia”, “precisa” e não “vaga”, etc.

A imagem de bilingüismo que se constitui no texto parece estar relacionada a esse processo de escolha lingüística (feita de forma consciente por parte do sujeito e com base em julgamentos de valor moral ou estético), em que se opta pelo uso de uma língua X (língua estrangeira num determinado contexto) em detrimento de uma língua Y (língua nacional af), mas implicando essa escolha necessariamente na “destruição” da língua preterida (Y). Nesse sentido, parte do povo e dos políticos brasileiros corroboram nesse imaginário discursivo para que a língua portuguesa seja preterida diante de outras línguas (sendo que, a “outra língua”- alvo dessa denúncia é a língua inglesa) em nosso meio. Nesse imaginário, esses indivíduos formam um povo “sem brio”, “sem altivez”, “sem amor à Pátria”, “sem amor ao idioma nacional”.³⁸

Mas, segundo os estudos realizados no campo aplicado, o que pode ser chamado de bilingüismo? Quando e como ele se dá? O que dizer do contexto social, político e lingüístico brasileiro nesse sentido? Que sentido(s) de bilingüismo estão sendo trabalhados pelo autor no texto analisado que justifica(m) (também) a criação de seu projeto de lei em defesa da língua portuguesa?

Abro um breve parênteses a seguir para tratar dessas questões.

BIEPLURLINGÜISMO

Os estudos que tratam de “bilingüismo” estão de forma geral relacionados a investigações de questões que dizem respeito ao encontro entre línguas diferentes (o que pode se dar dentro e/ou fora de contextos pedagógicos). L. Dabène (1994),³⁹ por exemplo, traz considerações importantes sobre fatores gerais que incidem nessas situações de encontro. Seu ponto de partida é problematizar a conceitualização de “língua materna” e “língua estrangeira”, salientando que esses termos são utilizados para designar um leque de diferentes situações lingüísticas complexas que envolvem diversos tipos de plurilingüismo. E refere-se a V. Weinreich, para lembrar que “é o indivíduo, e não um lugar geográfico qualquer, que constitui o verdadeiro lugar de contato das línguas”. Algumas de suas observações interessam aqui.

Uma delas diz respeito “à atitude em relação à(s) língua(s)”. Por “atitude”, a autora entende “uma maneira consciente e organizada de pensar, sentir e reagir a pessoas, a grupos, a questões sociais ou, mais geralmente, a qualquer evento no ambiente”, no que segue a definição proposta por

Lambert (1987). Não haveria aí ligação direta entre as atitudes e as práticas. Tais atitudes, segundo Dabène, seriam também independentes do *status* do falar considerado no seio da sociedade em seu conjunto, pois muitas vezes um falar muito desvalorizado pela comunidade majoritária é investido de um prestígio intragrupo. Outro componente da atitude em relação a uma língua diz respeito **à importância dada a ela, no quadro dos imaginários sociais, e que é justificada pela representação, construída socialmente, de sua utilidade.**

Dabène (op. cit.) traz também um estudo sobre as capacidades do bilingüe. Antes porém é preciso ressaltar que a definição de bilingüe tem sido abordada de modos diversos no campo aplicado, dependendo das perspectivas empregadas, indo desde: “bilingüe é a pessoa com competência em dois sistemas lingüísticos”, até: “bilingüe é quem possui uma competência mínima em uma das quatro habilidades lingüísticas⁴⁰ - *compreender, falar, ler e escrever – em uma língua diferente da sua*”.⁴¹ Essas capacidades (que podem constituir-se em requisitos diferentes para a caracterização de um bilingüe) podem depender de diferentes modalidades de aquisição. Assim, poder-se-á falar do *bilingüismo precoce* (ou seja, línguas aprendidas simultaneamente e desde a primeira infância); do *bilingüismo tardio* (quem aprendeu a segunda língua depois de ter aprendido a primeira), e, do *bilingüismo residual ou regressivo* (quando se conservam somente algumas competências reduzidas). Estudos recentes, segundo a autora, insistem na distinção entre *bilingüismo equilibrado* (onde os níveis de competência são relativamente equivalentes) e o *bilingüismo dominante* (onde as competências são assimétricas). Essa comparação considera o *bilingüismo ativo* (competências de compreensão e expressão, efetivas nas duas línguas), o *bilingüismo passivo* (uma das línguas só é dominada no nível da compreensão), ou ainda o *bilingüismo técnico* (limitado a usos especializados). Considera-se ainda que o *bilingüismo é aditivo* quando ambas as línguas são valorizadas socialmente, e a segunda aprendizagem representa um benefício complementar para o aprendiz; e o *bilingüismo é substrativo* quando o contexto desvaloriza a primeira língua aprendida.

Dentre suas colocações, Dabène faz uma observação importante ao indicar que, com frequência, as línguas diferentes não são utilizadas nos mesmos contextos, mas seus usos são complementares. A autora cita também Gumperz para dizer que os “falantes escolhem a partir desse arsenal, de acordo com os significados que desejam transmitir”.

Outro momento importante dessa obra da autora diz respeito às práticas do bilingüe, ou, mais especificamente, às “marcas transcódicas”, as quais são freqüentemente estigmatizadas pela maior parte das sociedades e instituições, ao serem concebidas como “contaminação”.⁴² Sobre essa questão, a autora apresenta caminhos explicativos para a ocorrência dessas marcas e, posteriormente, formula perguntas que caracteriza como tendo “implicações psicolinguísticas”. As explicações de ordem linguístico-distribucional são do seguinte tipo: a) não poderia haver alternância transcódica entre um lexema e um morfema ligado a ele, exceto se o primeiro estiver fonologicamente integrado à língua do segundo, ou, b) a mudança de língua é possível quando nenhuma regra sintática das duas línguas é violada. Segundo S. Serrani-Infante (1998a), levando-se em conta aspectos enunciativos, foi produzido na última década um número considerável de trabalhos que examinam se a alternância acontece a) entre dois atos de fala; b) no interior de um mesmo ato: b.1) em um fragmento da cadeia, dependente do enunciado principal do ato⁴³; b.2.1) em um único item lexical⁴⁴; b.2.2) em uma expressão exclamativa.⁴⁵ Muitos trabalhos, segundo essa autora, focalizam a denominada interação exolingüe (um falante produzindo na língua do interlocutor e este, em sua língua nativa mas na situação específica de ter, por sua vez, um interlocutor falante não nativo) (cf. R. Porquier e C. Noyau (orgs.), 1984; A.C. Berthoud e L. Mondana, 1994; B. Py, 1995, apud S. Serrani-Infante, op.cit.), estudando funcionamentos da interação de falantes nativos de línguas diferentes no processo de aquisição de segunda língua.

Embora seja possível observar nas considerações de L. Dabène uma concepção de subjetividade que parte da noção de *sujeito intencional, indivíduo “dono” de seu dizer, que escolhe sempre de forma consciente o que diz* (o que não condiz com a perspectiva teórica discursiva adotada aqui), seu trabalho se apresenta bastante útil na medida em que nos possibilita de alguma forma repensar o contexto linguístico-político brasileiro a partir das considerações feitas sobre contextos e práticas bilingües. Mas, antes disso, acredito ser necessário ainda checarmos o que a teoria nos diz sobre *plurilingüismo*, conceito diretamente relacionado ao de *bilingüismo*, tratado até o momento.

Sobre essa questão, Daniel Coste et alii (1997) trazem que todos os atores sociais de uma comunidade dada se acham, desde as suas mais tenras idades, em contato com línguas e culturas estrangeiras, seja de forma direta (através do turismo, imigração), ou mediada (através dos meios de

comunicação). Qualquer que tenha sido a maneira como foi dada essa experiência de contato, ela existe para cada criança, fazendo com que esta crie representações e desenvolva atitudes com relação às línguas e culturas encontradas. Mesmo nas comunidades reputadas como de uma mesma língua e cultura, as primeiras socializações encontram certa forma de pluralidade lingüística e cultural, distintas do plurilingüismo e pluriculturalismo entendidos em seu sentido habitual, mas não menos geradoras de representações sociais.⁴⁶

A experiência plurilíngüe e pluricultural é, segundo os autores, muito cedo diversificada e apresenta inevitavelmente os desequilíbrios quanto aos modos e graus de exposição às outras línguas ou variedades e às outras comunidades e práticas culturais. A estabilização ou afirmação identitária, no entanto, é buscada através de uma centralização em uma língua, uma história, um país, uma literatura, enfim, em torno de limites, margens. Nas orientações escolares clássicas, segundo eles, se vê bem que a experiência plurilíngüe e pluricultural que traz consigo cada criança, não apenas não encontra o seu lugar facilmente, como parece ir de encontro a um projeto educativo unificador.

Para D. Coste et alii (op. cit.: 20), a consideração de bilingüismo não se dá numa implicação “dual” de práticas lingüísticas, mas de duas línguas ao menos. O bilingüismo inclui (e é incluído) (n)a competência plurilíngüe, sendo que esta última noção acrescenta outras dimensões.

Dentre as múltiplas definições de bilingüismo apontadas pelos autores (cf. op. cit: 20-21), as considerações sobre “*semilingüismo*” merecem atenção especial aqui. Em princípio, eles criticam algumas abordagens desse conceito como “*leituras deficitárias da competência de certos bilíngües, ignorando vários aspectos importantes da comunicação em situações de contato*”.

Nessas abordagens, segundo os autores, “*pensa-se que os locutores, sob o efeito do contato com outras línguas, “desaprendem” suas línguas primeiras. Crê-se na influência de uma língua sobre a outra, de uma língua na outra (interferências, falas mistas)*”. Essa noção de *semilingüismo* que se encontra de maneira recorrente em certas literaturas especializadas vem de esforços de comparação das performances lingüísticas dos sujeitos. O *semilingüismo*, nesses casos, acaba por designar um desenvolvimento restrito das competências lingüísticas de certos bilíngües, “um estado de desenvolvimento lingüístico que não atende o nível do locutor nativo em nenhuma das línguas do repertório” (Hamers & Blanc,

1983; Skutnabb-Kangas & Torikomaa, 1976, apud D. Coste et alii, op. cit.: 22).

Os autores criticam a *normatividade* impregnada nessas definições, não deixando espaço à variabilidade, nem aos fenômenos de criação e reestruturação próprios às situações de contato. Eles apontam que muitas pesquisas em análise conversacional têm mostrado que as competências dos interlocutores nas línguas são muito assimétricas, e colocam que o indivíduo plurilíngüe desenvolve certas estratégias que lhe permitem administrar o desequilíbrio entre ele e o seu interlocutor. O plurilíngüe recorre à troca de línguas – ou ao falar bilíngüe – de maneira estratégica para negociar sentidos, trazer mensagens, dar informações sobre o locutor, sua identidade social e cultural, o lugar que ocupa na conversação, ou a natureza da troca. Ele dispõe de um leque de competências necessariamente complementares. A recorrência a uma ou a outra depende da estratégia da competência de se comunicar do indivíduo.

A competência plurilíngüe é uma competência em desequilíbrio, que deixa espaço para fenômenos originais, como em particular, o falar bilíngüe. O desequilíbrio faz parte da competência plurilíngüe, como faz parte da aquisição. É a gestão estratégica do desequilíbrio que se dá na construção dos plurilingüismos escolares e não escolares (cf. D. Coste et alii, op. cit.: 25-27), e essa gestão, segundo eles, se inscreve num funcionamento social.

Para os autores, uma descrição que procure apenas identificar o conjunto de competências virtualmente disponível para o plurilíngüe, e que não dê conta das sucessivas variações identitárias vivenciadas por ele - **de sua experiência de alteridade**, oculta de fato essa dimensão estratégica sobre a qual joga o plurilíngüe.⁴⁷

DE VOLTA À ANÁLISE

Levando em consideração esses apontamentos teóricos, como também os de L. Dabène, apresentados anteriormente, acredito poder afirmar que os sentidos de “bilingüismo” construídos no funcionamento discursivo do texto em análise, remetem especificamente para um imaginário onde o contato entre línguas diferentes (mais especificamente, entre uma língua estrangeira e uma língua nacional) resulta necessariamente na interferência de uma sobre a outra (da primeira em relação à segunda) – uma “interferência” que leva a falas mistas e por fim à dominância de uma língua sobre a outra, sendo esta última “desaprendida” pelo falante “nativo” (imagem que remete

ao conceito de “semilingüismo”, em uma perspectiva mais clássica dentro do campo aplicado, como foi visto). É muito importante ressaltar entretanto, que a ‘língua outra’ que funciona nesse imaginário discursivo como a ‘língua de interferência’ é a língua inglesa, e não qualquer outra ‘língua estrangeira’, embora essa imagem seja “disfarçada” em determinados momentos, como foi apontado na análise. Tomados como “verdade”, os sentidos criados por esse imaginário discursivo podem trazer implicações (políticas) bastante sérias para o ensino das línguas estrangeiras em nosso país - como, por exemplo, numa suposição mais extremista, a consideração do papel das escolas (e dos professores!) dessas línguas (em especial, de língua inglesa) como “nocivo” à “integridade” lingüístico-cultural de nossa sociedade.

O Brasil, constitutivamente **plural** antes mesmo de sua colonização, tem sua imagem criada discursivamente enquanto país uno, homogêneo, assim como a imagem da língua utilizada em seu território, a língua portuguesa - enquanto língua “una”, “pura”, “autônoma”, língua “nacional” (como se ela não tivesse sido um dia a língua de um povo colonizador - uma língua imposta) e, ainda, como se ela tivesse sido sempre “a mesma”, apesar da pluralidade lingüístico-cultural que sempre constitui a nossa nação.

Marilena Chauí, em seu livro *Brasil - “Mito fundador e sociedade autoritária”*,⁴⁸ mostra que essa representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos advém do que ela chama de “mito fundador” do Brasil, cujas raízes foram fincadas em 1500, e de onde essa representação tira sua força sempre renovada. Há, segundo a autora, a crença generalizada de que o Brasil:

1) é “um dom de Deus e da Natureza”; 2) tem um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, mesmo quando sofredor; 3) é um país sem preconceitos (segundo ela, é raro o emprego da expressão “democracia racial”), desconhecendo discriminação de raça e de credo, e praticando a mestiçagem como padrão fortificador da raça; 4) é um país acolhedor para todos os que nele desejam trabalhar e, aqui, “só não melhora e só não progride quem não trabalha”, não havendo por isso discriminação de classe e sim repúdio da vagabundagem; e, 5) é um “país de contrastes” regionais, destinado à pluralidade econômica e cultural. Essa crença se completa com a suposição de que o que ainda falta ao país é a modernização - ou seja, uma economia avançada, com tecnologia de ponta e moeda forte. Segundo a autora, a força persuasiva dessa representação transparece quando esta resolve imaginariamente uma tensão real e produz uma contradição que passa despercebida. É assim, por exemplo, diz ela, “*que alguém pode afirmar*

que os índios são ignorantes, os negros indolentes, os nordestinos são atrasados, os portugueses burros, as mulheres naturalmente inferiores, mas, simultaneamente, declarar que se orgulha de ser brasileiro porque somos um povo sem preconceitos e uma nação nascida da mistura de raças” (cf. M. Chauí, op. cit.: 08).

Dá-se se pode compreender que um projeto de lei, cuja proposta é de uma “censura lingüística” dentro do país, possa ser defendido por seu autor (político eleito pelo povo, numa forma de governo que se diz democrática), como um “**ato não xenofobista**”, “**não ditatorial**”, e ser dessa forma entendido pelos adeptos que o apóiam.⁴⁹

M. Chauí (op. cit.), como foi visto anteriormente, traz que a crença na indivisibilidade da nação e do povo brasileiros possibilitou que em alguns momentos de nossa história, “parte da população atribuisse os males do país à colonização portuguesa, à presença dos negros ou dos asiáticos e, evidentemente, aos maus governos, traidores do povo e da pátria”. O projeto de lei do deputado federal Aldo Rebelo em “defesa da língua portuguesa”, e o movimento nacional que dele decorre, recuperam essa memória discursiva alterando-a no sentido de criar para a “língua inglesa” e, implicitamente, para as potências econômicas estrangeiras – entre elas, para os Estados Unidos da América principalmente, o papel de “**mal do país**”, havendo por trás dessa imagem, a de um governo traidor (que seria a imagem do atual governo brasileiro). O *discurso nacionalista* que funciona no texto em questão parece reatualizar momentos discursivos muito específicos de movimentos de esquerda em nossa história política, dos anos 1950-60-mais especialmente.

Para um melhor entendimento do que está se afirmando, proponho a seguir um breve estudo de momentos discursivos *nacionalistas* importantes em nossa história política a partir de 1830.

O BRASIL E AS IDEOLOGIAS NACIONALISTAS

De acordo com Erik Hobsbawm (apud M. Chauí, op. cit.: 16), em seu estudo sobre a invenção histórica do Estado-nação, o aparecimento do vocábulo “nação” no vocabulário político de nosso país data de 1830, e sofre mudanças em três etapas a partir de então:

- de 1830 a 1880, falava-se em “princípio de nacionalidade”;
- de 1880 a 1918, falava-se em “idéia nacional”; e
- de 1918 aos anos 1950-60, fala-se em “questão nacional”.

Nessa periodização, a primeira etapa vincula nação e território, a segunda a articula à língua, à religião e à raça, e a terceira enfatiza a consciência nacional, definida por um conjunto de lealdades políticas. Na primeira etapa (1830-1880), o discurso da nacionalidade provém da economia política liberal; na segunda (1880-1918), dos intelectuais pequeno-burgueses, particularmente alemães e italianos, e, na terceira (1918 – 1950-60), emana principalmente dos partidos políticos e do Estado.

Segundo M. Chauí (op. cit.:16), o ponto de partida dessas elaborações foi, sem dúvida, o surgimento do Estado moderno da “era das revoluções”, definido por um território preferencialmente contínuo, com limites e fronteiras claramente demarcados, agindo política e administrativamente sem sistemas intermediários de dominação, e que precisava do consentimento prático de seus cidadãos válidos⁵⁰ para políticas fiscais e ações militares. Esse Estado precisava enfrentar dois problemas principais: de um lado, incluir todos os habitantes do território na esfera da administração estatal; de outro, obter a lealdade dos habitantes ao sistema dirigente, uma vez que a luta de classes, a luta no interior de cada classe social, as tendências antagônicas e as crenças religiosas disputavam essa lealdade.

Pouco a pouco, a idéia de nação surge, segundo a autora, para dar à divisão econômica, social e política a forma da unidade indivisa.

A partir de 1880, porém, na Europa, a nação passa pelo debate sobre a “**idéia nacional**”, pois as lutas sociais e políticas haviam colocado as massas trabalhadoras em cena, e os poderes constituídos tiveram de disputar com os socialistas e comunistas a lealdade popular. O Estado precisava de algo mais do que a passividade de seus cidadãos: precisava mobilizá-los e influenciá-los a seu favor. Precisava de uma “religião cívica”, o **patriotismo**. Dessa maneira, segundo a autora, a definição da nação pelo território, pela conquista, e pela demografia já não bastava, mesmo porque, além das lutas sociais internas, regiões que não haviam preenchido os critérios do “princípio de nacionalidade” lutavam para ser reconhecidas como Estado-nações independentes. Durante o período de 1880-1918, a “religião cívica” transforma o patriotismo em **nacionalismo**, isto é, o patriotismo se torna estatal, reforçado com sentimentos e símbolos de uma comunidade imaginária cuja tradição começava a ser inventada.⁵¹ A partir dessa época, a nação passou a ser vista como algo que sempre teria existido, desde tempos imemoriais, porque suas raízes deitam-se no próprio povo que a constitui (cf. M. Chauí, op. cit.:18).

Foi a percepção do poder persuasivo da “idéia nacional” que levou à

“**questão nacional**”, entre 1918 e os anos de 1950-60 do século XX, diz a autora. A Revolução Russa (1917), a derrota alemã na Primeira Guerra (1914-18), a depressão econômica dos anos 20-30, o aguçamento mundial da luta de classes sob bandeiras socialistas e comunistas preparavam a arrancada mais forte do nacionalismo, cuja expressão paradigmática foi o nazi-facismo. Além de se apropriar da elaboração nacionalista, feita nas etapas anteriores (expansão e “unificação” do território, “espírito do povo” e raça) o nazi-fascismo e os vários nacionalismos desse período contaram com a nova comunicação de massa (o rádio e o cinema) para “transformar símbolos nacionais em parte da vida cotidiana de qualquer indivíduo e, com isso, romper as divisões entre a esfera privada e local e a esfera pública e nacional”.⁵² A pergunta principal a responder nesse período foi: “por que a questão nacional parecia ter sentido?” Ou, “por que a luta de classes teve uma capacidade mobilizadora menor que o nacionalismo?” (cf. M. Chauí, op.cit.: 19-20).

O **nacionalismo militante** dessa terceira fase, segundo Hobsbawm (apud M. Chauí, op.cit.: 20-21), pode ser visto como reflexo do desespero e da impotência política diante da incapacidade mobilizadora do liberalismo, do socialismo e do comunismo, mas não apenas isso. Se para esses o nacionalismo militante era um imperativo político exclusivo, o mesmo não pode ser dito da adesão generalizada, nem sobretudo da permanência do nacionalismo em toda parte, depois de encerrado o nazi-fascismo. O autor acredita que a possível explicação para essa capacidade mobilizadora do nacionalismo encontra-se na natureza do Estado moderno *“como espaço dos sentimentos políticos e das práticas políticas em que a consciência política do cidadão se forma referida à nação e ao civismo, de tal maneira que a distinção entre classe social e nação não é clara e freqüentemente está esfumada ou diluída”*. Segundo M. Chauí (op.cit.), no Brasil, nada exprime melhor essa situação do que o nacionalismo das esquerdas nos anos 1950-60, período conhecido com os nomes de “nacional-desenvolvimentismo”, primeiro, e de “nacional-popular”, depois. Segundo a autora, para as esquerdas, de fato, a referência sempre havia sido a divisão social das classes e não a unidade social imaginária imposta pela idéia de nação. No entanto, no período de 1950-60, *“a luta histórica foi interpretada pelas esquerdas como combate entre a nação (representada pela “burguesia nacional progressista” e as “massas conscientes”) e a anti-nação (representada pelos setores “atrasados” da classe dominante, pelas “massas alienadas” e pelo capital*

estrangeiro ou as “forças do imperialismo”).

Pode-se perceber no projeto de lei proposto pelo deputado federal Aldo Rebelo, uma reatualização desse *nacionalismo militante*, onde a língua, como no período anterior a esse, volta a se tornar *critério de definição de nacionalidade*. Todo o movimento ideológico-discursivo criado d(n)esse projeto aponta desta vez para uma *anti-nação* representada pelo capital econômico estrangeiro (encarnado na língua (estrangeira)) e pela política econômica neoliberal (encarnada no governo atual brasileiro).⁵³ A *nação*, por sua vez, é representada de forma *homogênea e condensada* pelo trio: povo-língua-cultura brasileiros (encarnado na língua portuguesa) e por uma proposta política de hegemonia econômica-lingüístico-cultural (anti-neoliberalista).

As comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil, as eleições municipais e estaduais que se aproximavam na época⁵⁴, possibilitaram discursivamente a retomada do *nacionalismo* como objeto de disputa político-ideológica, voltando este a fazer parte de um programa de ação (como retrata bem o projeto de lei do deputado federal Aldo Rebelo). O discurso nacionalista reatualizado por esse (e nesse) projeto de lei, e pelo movimento nacional que dele decorre, surge na cena política ideológica atual, como *reação* ao discurso e à prática econômica neoliberais, próprios do sistema atual de governo em nosso país. Como a língua simboliza nesse contexto o critério de nacionalidade, o que se dá com base em uma concepção *purista* desse termo⁵⁵, ela se torna foco de atenção e de *censura*.⁵⁶ O projeto de lei em “defesa da língua portuguesa” do deputado federal Aldo Rebelo me parece ter suas bases político-ideológicas aí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da posição discursiva aqui assumida, que trabalha a relação língua-discurso-ideologia, penso que o uso crescente de vocábulos em língua inglesa (especialmente) em nosso cotidiano⁵⁷, é reflexo da política neoliberal empregada no país, que proclama a inserção deste no mercado econômico globalizado, cujo capital “econômico-cultural” tem sido a língua inglesa. Não se trata portanto de “bilingüismo corrosivo”, ou de “semilingüismo”, como faz crer o texto analisado, mas também não deixa de constituir uma situação de *imperialismo lingüístico* que merece toda uma atenção.⁵⁸

Amarante (1999: 78) aponta que com o advento da era da globalização, cujas raízes também se encontram na esfera das relações econômicas, o

inglês teve sua posição consolidada no discurso empresarial e, como conseqüência, no discurso político-educacional, o que legitimou uma relação original entre o seu ensino/apendizagem e o mundo do capital. Daí, tem-se que a língua inglesa passou a ocupar um espaço cada vez maior nos meios de comunicação de massa (uma vez que o discurso publicitário se configura como um intradiscurso do discurso empresarial), e o seu domínio considerado bem econômico indispensável para o (re)posicionamento do sujeitos no mercado de trabalho.

Tal *status* pode nos explicar o uso de vocábulos/expressões desse idioma nos lugares mais variados, como se apontou aqui logo de início: em propagandas, rótulos de produtos, nomes de estabelecimentos comerciais etc; e nos fazer compreender a “febre” de ofertas de cursos de inglês que tem se alastrado pelo país. Não podemos esquecer que o Francês já ocupou uma posição semelhante em nossa história.

Penso que o projeto do deputado federal Aldo Rebelo é uma reação a esse saber-poder, e constitui-se numa busca de uma “unidade controlável” que simplesmente é utópica e anti-democrática.

É preciso que se leve seriamente em conta que *as línguas diferentes não são meros reservatórios de palavras diversas para as mesmas significações* (cf. S. Serrani-Infante 1998a: 258), e o uso dessas línguas não se dá sem implicações sociais, culturais, políticas, econômicas e ideológicas, como foi visto.

É necessário que haja maior comprometimento político de nossos governantes com a Educação em nosso país, que incentivos de toda ordem sejam dados para o estudo de nossa história, de nossa cultura e de nossa língua, dentro da pluralidade que lhes é peculiar, para a criação de uma percepção crítica da realidade brasileira como também das sociedades estrangeiras.

A solução a meu ver não pode estar num projeto de sanções lingüísticas.

Notas

* Doutoranda pelo programa de Lingüística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem - Unicamp.

¹ Trabalho apresentado como texto de qualificação de área em Educação Bilíngüe.

² Aldo Rebelo é deputado federal pelo PC do B de S. Paulo e líder do bloco PC do B-PSB na Câmara.

³ Considerações feitas pelo deputado em texto publicado no Jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 29/09/1999 – título: “Culta e Bela”; seção “Tendências / Debates”.

- ⁴ Agradeço aqui ao deputado federal Aldo Rebelo a gentileza de ter me enviado esclarecimentos sobre esse projeto, como também cópias dele e de outros arquivos que lhe dizem respeito.
- ⁵ Março de 2.000.
- ⁶ Agradeço à Professora Doutora Carmen Zink Bolognini o acesso a essa moção de apoio, e a oportunidade e o incentivo dados a mim para escrever sobre essa questão.
- ⁷ E de *sujeito*.
- ⁸ A AD propõe o descentramento da noção de sujeito. Ela objetiva mostrar – quanto ao sujeito e ao sentido (pois ambos se produzem ao mesmo tempo) – que estes não são transparentes e devem ser pensados em seus processos histórico-sociais de constituição, em sua materialidade (cf. E. Orlandi, 1994: 300). Voltarei a tratar dessa noção adiante.
- ⁹ Ou “implícito”, como foi referido por M. Pêcheux acima.
- ¹⁰ Por isso o uso de aspas acima, quando da referência a “quem” escreveu o texto, e, “para quem” o texto foi escrito.
- ¹¹ Michel Foucault diz que produzir uma *verdade* é estar num campo inteiramente infiltrado por relações de poder. A *verdade*, segundo o autor, **não existe fora do poder ou sem poder**. Ela é deste mundo, e é produzida nele graças a múltiplas coerções, produzindo nele, por sua vez, efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. Segundo o autor, combate-se “pela verdade”, ou, ao menos, em torno dela. Combate-se não por um “conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas por um “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”. Não se trataria também de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha (cf. Foucault, 1996: 12-14).
- ¹² O texto para a AD não é definido pela sua extensão: ele pode ser desde uma só letra até muitas frases, enunciados, páginas, etc. Ele é só uma peça de linguagem de um processo discursivo bem mais abrangente e é assim que deve ser considerado. O texto é um exemplar do discurso. (cf. E. Orlandi, 1999:69-72).
- ¹³ Todo texto pressupõe um leitor virtual. Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita. Dentro desse imaginário discursivo, seria o leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e *para quem* ele se dirige. Quando um leitor real, aquele que lê o texto, se apropria do mesmo, já encontra um leitor aí constituído com o qual ele tem de se relacionar necessariamente. A relação básica que instaura o processo de leitura é a do jogo existente entre o leitor virtual e o leitor real (cf. E. Orlandi, 1993: 9-10).
- ¹⁴ A evidência do sentido, que, na realidade é um efeito ideológico, não deixa perceber seu caráter material, a historicidade de sua construção. Do mesmo modo pode-se dizer que a evidência do sujeito, ou sua identidade (o fato de que “eu” sou “eu”), apaga o fato de que ela resulta de uma identificação: o sujeito se constitui por uma interpelação – que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva – que, em uma sociedade como a nossa, o produz sob a forma de sujeito de direito (jurídico). Esta

forma-sujeito corresponde, historicamente, ao sujeito do capitalismo, ao mesmo tempo determinado por condições externas e autônomo (responsável pelo que diz), um sujeito com seus direitos e deveres (cf. E. Orlandi, 1999: 45).

¹⁵ *Aprender a se representar como autor é assumir, diante das instâncias institucionais, esse papel social na sua relação com a linguagem: constituir-se e mostrar-se autor* (E.Orlandi, 1988, in E. Orlandi, 1999: 76).

¹⁶ Segundo Pêcheux (1995: 173-180), o sujeito do discurso se caracteriza por dois esquecimentos ou duas ilusões, que “garantem” essa “onipotência” acima mencionada. São elas:

1) o sujeito tem a ilusão de que é uno, a origem do sentido;

2) o sujeito tem a ilusão de que o que diz tem apenas um significado, isto é, todo interlocutor captará suas intenções e suas mensagens. Ocorre, assim, em nível consciente, o esquecimento de que o discurso se caracteriza pela retomada do já dito, cuja novidade (originalidade) estaria na situação de enunciação, nas novas condições de produção. O sujeito esquece-se de que, enquanto aparentemente uno, se caracteriza pela dispersão de outros sujeitos e, por isso mesmo, não tem controle (sempre em nível consciente) da linguagem e, conseqüentemente, do significado, deixando resvalar significados indesejáveis ou considerados como tal.

¹⁷ Como é possível que num país como o nosso, cuja característica básica de constituição social, cultural e lingüística é a pluralidade, seja colocado em aprovação um projeto de lei cujo objetivo principal é a sanção lingüística? Que sentidos estão sendo trabalhados aí de forma a atrair adeptos e gerar um movimento nacional?

¹⁸ Voltarei a esse ponto mais adiante.

¹⁹ Um ponto importante a se observar desde esse início será os **juízos de valor moral ou estético** de que se vale o autor para tratar das línguas (portuguesa, inglesa, ou estrangeiras em geral) no texto.

²⁰ Cumprir esclarecer aqui que estarei me valendo da cópia desse texto encontrada no arquivo do jornal *Folha de S. Paulo*, obtida via *internet*. Na análise, a seguir, esse texto virá exposto em sua íntegra.

²¹ O que se pode depreender do seguinte enunciado em especial, retirado do trecho em análise: “*O artigo o...ite, porém, o papel da Academia nesse processo de desvalorização do português*”.

²² Vale apontar que Rui Barbosa morreu em 1923.

²³ Grifo meu.

²⁴ Cujas imagens de “invasora”, “inimiga”, “concorrente” da língua nacional prevalece.

²⁵ Trago maiores esclarecimentos a esse respeito logo a seguir.

²⁶ Já que “as instruções do formulário para a preparação do “Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa”, aprovadas pelo Congresso Nacional, apontam que os “vocábulo devem ser escritos e acentuados graficamente de acordo com a ortografia usual brasileira”.

²⁷ Como aconteceu no trecho acima em que exemplos de palavras de outras línguas estrangeiras (alemão, entre elas) misturam-se à grande maioria de vocábulos em inglês.

²⁸ Controle decorrente de uma concepção psicologizante de *sujeito* enquanto indivíduo consciente, dono absoluto de suas ações e de seu dizer.

²⁹ E aqui tem-se a imagem do político comprometido com o idioma nacional, imagem na qual o autor se reconhece.

- ³⁰ Teríamos que nos habituar talvez, por exemplo, a chamar o “mouse” de nossos micro-computadores de “rato”.
- ³¹ Sugiro aqui de forma particular a leitura dos artigos de John R. Schmitz e Marcos Bagno a esse respeito (ver as referências bibliográficas).
- ³² Quando se refere à língua portuguesa como “bela” ou “pródiga” (como poderá ser visto a seguir), ou, como foi visto acima, quando trata da língua estrangeira como “*monstruosidade* que turva os olhos e enrola a língua”, de valor “desnecessário”, entre outros. Voltarei a tratar dessas questões em minhas considerações finais.
- ³³ Outra imagem de língua portuguesa aqui.
- ³⁴ Que se trata de uma reconstrução da memória discursiva.
- ³⁵ Segundo Pierre Achard, “a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação. A enunciação, então, deve ser tomada, não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer a retomada e a circulação do discurso” (cf. Pierre Achard et alii, 1999: 17).
- ³⁶ Voltarei a essa questão mais adiante, onde procurarei retratar no quadro da economia globalizada, o valor da língua inglesa como “capital econômico”, cuja “aquisição” garante ao sujeito sua inserção no mundo globalizado.
- ³⁷ O funcionamento denegativo aponta para dizeres-e-sentidos outros que se põem no discurso, sem contudo, apagá-los, posto que denegar é dizer-negando e/ou negar dizendo. A denegação descortina a presença de dizeres-e-sentidos-outros que se constroem na formulação do dizer como “pistas” da passagem do sujeito por um lugar de significação contrário à formação discursiva que predomina no acontecimento enunciativo. (cf. C. Agustini, 1999: 18).
- ³⁸ É nesse ponto que o autor conclui o seu trabalho de estabelecer para ele, e conseqüentemente, para o partido do qual é filiado (o PC do B, partido de esquerda), a imagem de “protetores”, “salvadores” da Pátria, porque “protetores do idioma nacional”.
- ³⁹ Estudo que se encaixa numa perspectiva sociolinguística.
- ⁴⁰ Termo bastante comum dentro da Linguística Aplicada tradicional, é normalmente substituído em trabalhos dessa área comprometidos com perspectivas discursivas por, por exemplo, “prática linguístico-discursiva”, como em S. Serrani-Infante (1998a).
- ⁴¹ MacNamara, 1967, apud L. Dabène, 1994.
- ⁴² Sociolinguístas, etnolinguístas e analistas do discurso de diversas correntes têm se interessado por essas marcas estudando, por exemplo, nas escolhas feitas por pessoas com o “mesmo” bilingüismo, fatores como: origem linguística dos interlocutores, competência dos mesmos, repertório, tema do enunciado, influência do ambiente, presença de terceiros etc.. (S. Serrani-Infante, 1998a: 243).
- ⁴³ Exemplo: “La semana próxima, tengo [clase] cada vez de las doce a los dos y luego tengo que venir otra vez, pendant au moins trois jours je fais ça” (de Dabène L. e Billiez, J., 1984, apud Serrani-Infante, 1998).
- ⁴⁴ Exemplo: “era bueno aquel gâteau”. (Fonte: *idem* nota anterior).
- ⁴⁵ Exemplo: “Les seours musumanes se balladent avec une chemise, wallah! C’est vrai! (“Wallah!”: exclamação tradicional entre os falantes de árabe, equivalente a “juro!”). Fonte: Dabène L., Billiez, J. e Dabène, C. e outros, 1988. apud S. Serrani-Infante, 1998a.
- ⁴⁶ E, podemos pensar aqui na pluralidade linguística e cultural de nosso país, de norte a sul, em cada um de seus Estados, e de cada Estado em relação a seu vizinho.

- ⁴⁷ Sugiro aqui a leitura dos trabalhos de S. Serrani-Infante (cf. 1998a, 1998b, 1999, por exemplo), cuja proposta é de estudar a relação identidade – língua(gem) através do exame da dimensão da alteridade.
- ⁴⁸ Chauí, M. *Brasil – Mito fundador e Sociedade Autoritária*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- ⁴⁹ Como afirma Milner: “desde sempre, os ditadores, de César a Stalin, preocupavam-se com a língua, reconhecendo nela a imagem mais fiel de um poder nu” (cf. J-C. Milner, 1987:18).
- ⁵⁰ Segundo M. Chauí (op. cit.), fala-se em cidadãos “válidos” porque a cidadania, embora declarada universal⁵¹, não era de fato, uma vez que o cidadão era definido pela independência econômica – isto é, pela propriedade privada dos meios de produção – excluindo trabalhadores e mulheres, e o sufrágio não era universal e sim censitário – isto é, segundo o critério da riqueza e da instrução. (O sufrágio universal, segundo a autora, consagrou-se nas democracias efetivamente apenas depois da Segunda Guerra Mundial, como resultado de lutas sociais e populares).
- ⁵¹ Essa construção decorreu, segundo a autora, da necessidade de resolver três problemas prementes: as lutas populares socialistas, a resistência de grupos tradicionais ameaçados pela modernidade capitalista e o surgimento de um estrato social ou de uma classe intermediária, a pequena burguesia, que aspirava ao aburguesamento e temia a proletarianização. Em outras palavras, segundo ela, “foi exatamente no momento em que a divisão social e econômica das classes apareceu com toda clareza e ameaçou o capitalismo que este procurou na “idéia nacional” um instrumento unificador da sociedade. Não por acaso, foram os intelectuais pequeno-burgueses, apavorados com o risco de proletarianização, que transformaram o patriotismo em nacionalismo quando deram ao “espírito do povo”, encarnado na língua, nas tradições populares ou folclore e na raça (conceito central das ciências sociais do século XIX), os critérios da definição da nacionalidade”. (cf. M. Chauí, op.cit.: 18).
- ⁵² A primeira expressão dessa mudança, diz a autora, aparece nos esportes, transformados em espetáculos de massa nos quais já não competem equipes e sim se enfrentam e se combatem nações. “Passou-se a ensinar às crianças que lealdade ao time é lealdade à nação”. (cf. M. Chauí, op. cit.: 19).
- ⁵³ Retomemos o seguinte trecho do texto em análise, por exemplo: “(...) *É tanta a macaquice colonizada que o uso da definição Cimeira para uma recente reunião de chefes de Estado e governo causou estranhamento e piada. Estamos tão habituados ao inglês que “Summit” seria natural...(...)*”. Pode-se ler aí a crítica do autor a um governo que aceita (e corrobora) uma dominação lingüístico-política e ideológica.. Voltarei a essa questão adiante.
- ⁵⁴ Ocorridas em outubro de 2000.
- ⁵⁵ Onde a língua é traduzida em termos de realidade, situada na rede do *útil*, a título de instrumento (de comunicação) (cf. J-C Milner, 1987:19-20).
- ⁵⁶ A censura ao uso de vocábulos de línguas estrangeiras em nosso cotidiano parece resvalar sentidos outros, como uma tentativa de controle das intervenções crescentes do capital econômico estrangeiro (através das Multinacionais) em nossa economia, por exemplo – o que as privatizações têm viabilizado.
- ⁵⁷ Um fenômeno que não tem se dado unicamente no Brasil, mas no mundo todo.
- ⁵⁸ Pennycook (1994) nos alerta para a necessidade de examinarmos a expansão da língua inglesa no mundo de forma crítica, considerando as implicações econômicas, políticas e ideológicas que ela traz. (p.12)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHARD, P. “Memória e Produção Discursiva do Sentido”, em Pierre Achard et alii, *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999, pp. 11-22.
- AGUSTINI, C.L.H. *Dobras Interdiscursivas: o Movimento do Sujeito na Construção Enunciativa dos Sentidos*. Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp, 1999.
- AMARANTE, M.F.S. *Ideologia Neoliberal no Discurso da Avaliação: A Excelência e o Averso da Excelência*. Tese de Doutorado, Campinas, Unicamp, 1998.
- BAGNO, M. “O Deputado e a Língua”. Artigo publicado no *Jornal de Brasília*, em 09/01/2000.
- CHAUÍ, M. *Brasil – Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- COSTE, D. et alii. *Compétence plurilingue et pluriculturelle*. Allemagne, Conseil de l’Europe, 1997.
- DABÈNE, L. *Repères sociolinguistiques pour l’enseignement des langues*. Paris: Hachette, 1994.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1996, 12ª edição brasileira (1979 - 1ª edição brasileira).
- LAMBERT, W. D. *The effects of bilingual and bicultural experiences on children attitudes and social perspectives*”, in P. Honiel, M. Palij e D. Aarouson, *Childhood bilingualism. Aspects of linguistic, cognitive and social development*. New Jersey: Hillsdale, Laurance Erlbaum Association, 1987.
- MILNER, J-C. *O Amor da Língua*. Porto Alegre: Série Discurso Psicanalítico / Conexões, 1987. (Tradução de Angela C. Jesuino).
- ORLANDI, E. P. *O Lugar das Sistemáticas Lingüísticas na Análise de Discurso*, em revista *D.E.L.T.A.*; vol.10, n.2, 1994, pp. 295-307.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso. Princípios & Procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, M. *Análise Automática do Discurso (AAD – 69)*, em F. Gadet & T. Hak (orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso – Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, pp. 61-162.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso – Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995, 2ª edição.
- PÊCHEUX, M. *O Discurso – Estrutura e Acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997. (Tradução de Eni P. Orlandi).

- PENNYCOOK, A. *The Cultural Politics of English as an International Language*. New York: Longman, 1994.
- SCHMITZ, J.R. *A Língua Portuguesa e os Estrangeirismos*. D.O. *Leitura*, São Paulo, 7 (79), Dezembro de 1988, pp. 4-5.
- SCHMITZ, J.R. “Língua Pasteurizada”, artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, em 06.01.2000.
- SCHMITZ, J.R. *A crise da língua portuguesa: uma visão crítica e criteriosa*. Artigo publicado na seção “O Escritor” do *Jornal da União Brasileira de Escritores*, n.90, em Março de 2000, p.4.
- SCHMITZ, J.R. *Língua Portuguesa: Defendê-la de quem e de quê?* Artigo publicado no *Jornal da Adunicamp*, em Maio de 2000, p.5.
- SCHMITZ, J.R. *Palavras estrangeiras e a língua portuguesa: invasão cultural ou desenvolvimento técnico-científico?* *Revista Calibán: Recife*, no prelo.
- SERRANI-INFANTE, S. M. “Formações Discursivas e Processos Identificatórios na Aquisição de Línguas”, em *D.E.L.T.A.*, vol.13, n.1, 1997, pp. 63-81.
- SERRANI-INFANTE, S. M. *Identidade e segundas línguas: as identificações no discurso*, em I. Signorini (org.) *Lingua(gem) e Identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998a, pp. 231-264.
- SERRANI-INFANTE, S. M. *Abordagem transdisciplinar da enunciação em Segunda língua: a proposta AREDA*, em I. Signorini & M. Cavalcanti (orgs.) *Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998 b, pp.143-167.
- SERRANI-INFANTE, S. M. “Singularidade Discursiva na Enunciação em Segundas Línguas”, em *Caderno de Estudos Lingüísticos*, 1999 (no prelo).
- ZINK-BOLOGNINI, C. *O Lugar de Interlocação de Brasileiros e Alemães na História de suas Relações de Contato*. Tese de Doutorado, Campinas, Unicamp, 1996.